



## 10 anos do governo Evo Morales: O “Nacionalismo Indígena” no poder?

Joallan Cardim Rocha<sup>1</sup>

### Resumo

No final de 2015 completam-se 10 anos da eleição de Evo Morales, o primeiro presidente indígena na história da Bolívia, eleito com 52% dos votos em dezembro de 2005. Morales foi eleito após um ciclo de rebeliões populares entre os anos 2000 e 2005 que marcaram profundamente a história recente do país. A vitória eleitoral de Evo Morales significou uma dura derrota dos partidos tradicionais, que governaram a Bolívia desde o fim da ditadura militar em 1982. A discussão sobre o caráter e a natureza do governo Evo Morales tem suscitado uma série de polêmicas no interior da esquerda e da intelectualidade boliviana. Este artigo retoma parte do debate realizado por alguns dos intelectuais mais importantes da Bolívia na atualidade, entre eles, destaco o atual vice-presidente Álvaro Garcia Linera<sup>2</sup> e o filósofo e cientista político Luiz Tapia<sup>3</sup> (ambos pertenciam à um grupo de intelectuais conhecido como COMUNA).

**Palavras- chave:** Evo Morales, indigenismo, nacionalismo

## 10 Años del Gobierno Evo Morales: El “Nacionalismo indígena em el poder?”

### Resumen

En el final de 2015 se completan 10 años de la elección de Evo Morales, el primer presidente indígena en la historia de Bolivia, electo com 52% de los votos em diciembre de 2005. Morales fue electo después de um ciclo de rebeliones populares entre los años 2000 y 2005 que marcaron profundamente la historia reciente del país. La victoria electoral de Evo Morales significó una dura derrota de los partidos tradicionales, que gobernaron Bolivia desde el fin de la ditadura militar em 1982. La discusión sobre el caracter y la naturaleza de clase del gobierno Evo Morales tiene suscitado una serie de polemicas em el interior de la izquierda y de la intelectualidad boliviana. Este articulo retoma parte del debate realizado por algunos de los intelectuales más importantes de Bolivia em la actualidad, entre ellos, se destacan el actual

<sup>1</sup> Professor de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas e Mestrando em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia-UFBA. Email: [joallanrocha@hotmail.com](mailto:joallanrocha@hotmail.com)

<sup>2</sup> Álvaro Garcia Linera é o atual vice-presidente do estado Plurinacional da Bolívia. É matemático e sociólogo. Autor de importantes obras como: A Potência Plebeia, Forma Valor y Forma Comunidad, La Condición Obrera em el Siglo XX etc.

<sup>3</sup> Luis Tapia Mealla é filósofo e cientista político. Docente e pesquisador do programa de Pós-Graduação CI-DES-UMSA. Autor de diversas obras sobre a sociedade boliviana como: La velocidad del Pluralismo, La Condición Multisocietal, Política Salvaje, El Estado de Derecho Como Tiranía, La Invención del Núcleo Común, La Coyuntura de la Autonomía Relativa del Estado, La dialéctica del Colonialismo Interno, Pluralismo Epistemológico, Império, Multitud y Sociedad Abigarrada, Pensando la Democracia Geopolíticamente, etc.

vice-presidente, Alvaro Garcia Linera y el filosofo y cientista politico Luis Tapia (ambos pertenecian a un grupo de intelectuales conocido como Grupo COMUNA).

**Palavras-Claves:** Evo Morales, indigenismo, nacionalismo

### 10 years of the Evo Morales government: The “Indigenous Nationalism” in power”?

#### Summary

The election of Evo Morales will complete 10 years in the end of 2015, the first president of indigenous origin in the history of Bolivia, elected with 52% of the votes in december 2005. Evo Morales was elected after a cycle of popular rebellions in between the years of 2000 and 2005 that marked profoundly the recent history of the country. The electoral victory of Morales meant a strong defeat of the traditional parties that governed Bolivia since the end of the country’s dictatorship in 1982. A discussion about the carachter and nature of Morales’ government brought up a lot of controversy amongst bolivian left wing groups and intellectuals. This article brings up part of the debate of some of the most important itellectual figures in Bolivia nowadays, in wich, I highlight the current vice-president Álvaro Garcia Linera and the philosopher and political cientist Luiz Tapia (both of them were part of a group of intellectuals known as COMUNA).

**Keywords:** Evo Morales, indigenism, nacionalism

*“Los actuales dirigentes estamos convencidos que no aceptaremos cualquier reduccionismo clasista convirtiéndonos sólo en “campesinos”. Tampoco aceptamos ni aceptaremos cualquier reduccionismo etnicista que convierta nuestra lucha a un confrontamiento de “indios” contra “blancos”. Somos herederos de grandes civilizaciones. También somos herederos de una permanente lucha contra cualquier forma de explotación y opresión. Queremos ser libres en una sociedad sin explotación ni opresión organizada en un Estado plurinacional que desarrolla nuestras culturas y auténticas formas de gobierno propio” (EL COMITÉ EJECUTIVO DE LA CSUTCB Ch’uپیap marka (La Paz), octubre de 1983).*

#### 1. O ciclo de rebeliões populares e a crise do neoliberalismo na Bolívia.

No final de 2015 completam-se 10 anos da eleição de Evo Morales, o primeiro presidente de origem indígena na história da Bolívia, eleito com 52% dos votos em dezembro de 2005. A eleição de Evo Morales ocorreu após um ciclo de rebeliões populares entre os anos 2000 e 2005 que marcaram profundamente a história recente do país.

A “Guerra da Água” no ano 2000, como ficou conhecida a revolta popular na cidade de Cochabamba, representou a primeira grande derrota do neoliberalismo no continente latino-americano. A revolta popular derrotou o processo de privatização da água e expulsou uma empresa transnacional francesa. Nesse processo se organizou a “Coordenadora em Defesa da

Água” que reuniu uma ampla rede de organizações sindicais, populares e indígenas-camponesas.

A “Guerra da Água” abriu uma nova correlação de forças entre as classes marcada pela crise do modelo neoliberal<sup>4</sup> e dos partidos tradicionais. A partir dos anos 2000, a Bolívia presenciou uma ofensiva crescente das classes populares e dos movimentos sociais que culminaram na derrubada de dois presidentes e na eleição de Evo Morales no final de 2005.

Em outubro de 2003, os bolivianos protagonizaram uma revolta popular em defesa dos recursos naturais brutalmente reprimida pelo exército (morreram aproximadamente 65 pessoas). A “Guerra do Gás”, diferente do conflito em Cochabamba, teve uma dimensão nacional e provocou a derrubada do presidente Gonzalo Sanches de Lozada, “Goni”, que renunciou da presidência e fugiu do país. A cidade de La Paz e El Alto esteve tomada durante dias pelas mobilizações de mineiros, camponeses e indígenas.

Um setor do exército se recusou a reprimir as mobilizações; os policiais se somaram aos protestos; novos embriões de auto-organização popular foram forjados no calor da revolta social. Após a derrubada de “Goni”, o MAS (partido liderado por Evo Morales) respaldou a posse do vice-presidente Carlos Mesa.

Em maio e junho de 2005 os bolivianos voltaram às ruas, agora, contra o presidente Carlos Mesa. Entre as reivindicações que unificaram indígenas, camponeses, operários e setores da classe média urbana estavam a luta contra a privatização da água, a nacionalização e industrialização dos recursos naturais (gás, petróleo e minas) e a convocação de uma Assembleia Constituinte. As mobilizações derrubaram Carlos Mesa e o novo presidente interino foi obrigado a convocar novas eleições.

## **2. A eleição de Evo Morales, a oposição de direita e os movimentos sociais.**

Em dezembro de 2005, Evo Morales, do Movimento Ao Socialismo (MAS), é eleito com **53,74%**. A vitória eleitoral de Morales significou uma dura derrota dos partidos tradicionais,

<sup>4</sup> O neoliberalismo na Bolívia como nos demais países do continente teve um conteúdo econômico e político. A aplicação das reformas econômicas somente foi possível com a desestruturação e derrota do poderoso movimento sindical boliviano, cujos trabalhadores mineiros representavam a “vanguarda”. As reformas estruturais provocaram um intenso processo de reestruturação produtiva, a reorganização dos processos de trabalho e o aprofundamento da exploração da força de trabalho. Ⓣ-Adotou o nome de *Nova Política Econômica* e teve início na gestão do presidente Victor Paz Estensoro em agosto de 1985. Tal política provocou o fechamento e a privatização das principais minas estatais. Segundo dados do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Laboral e Agrário (CEDLA), nas fábricas, mais de 35 mil operários foram demitidos no decorrer de 5 anos e dos 30 mil trabalhadores das minas estatais mais de 23 mil perderam seus empregos durante o primeiro ano do governo de Paz Estensoro.

que governaram a Bolívia desde o fim da ditadura em 1982. Após sua vitória, a direita boliviana se reorganizou no Oriente do país, nos estados mais ricos, como Santa Cruz e Tarija onde se encontram as maiores reservas de gás e petróleo, e os grandes produtores de soja.

Entre 2006 e 2008 o país presenciou uma profunda instabilidade política provocada pela polarização social. Enquanto os setores mais reacionários da oposição de direita não reconheciam o governo Evo Morales e buscavam desestabilizá-lo, os movimentos sociais afins ao governo exigiam o cumprimento de suas reivindicações: a nacionalização e industrialização dos recursos naturais e a convocação de uma Assembleia Constituinte. A pressão política dos setores sociais obrigou o governo a cumprir parcialmente algumas destas reivindicações, como a recuperação de algumas empresas que haviam sido privatizadas nos anos 90.

As medidas do governo não foram suficientes para resolver a crise política. Durante dois anos, a Assembleia Constituinte esteve paralisada pela pressão dos partidos da direita tradicional e a política conciliatória do governo. Os setores mais reacionários da direita haviam sido derrotados nas mobilizações de 2003 e 2005, mas se rearticularam em torno a Assembleia Constituinte.

Em setembro de 2008, após o referendo revocatório, que ratificou Evo Morales na presidência com **67,41%**, os setores mais conservadores, apoiados por empresários e latifundiários de Santa Cruz, buscaram desestabilizar o governo, com gigantescas mobilizações e através da ocupação de instituições e prédios públicos, numa clara tentativa de deslegitimar o presidente. O grupo de choque da direita boliviana estava articulado no Comitê Cívico de Santa Cruz (que reunia os empresários e latifundiários) e na União da Juventude Cruceña (uma organização com perfil fascista). No departamento de Pando estes setores foram responsáveis pelo massacre de 13 camponeses filiados ao MAS.

A crise política foi resolvida depois de um pacto político entre o governo e setores da direita em torno à nova Constituição. O pacto significou a manutenção dos privilégios (o controle sobre a terra) dos grandes latifundiários do Oriente. Este acordo contrariou alguns setores indígenas e camponeses do Oriente que reivindicavam a reforma agrária e a expropriação dos latifúndios. A nova constituição pactuada foi aprovada em plebiscito nacional com **61,43%** de apoio e gerou enormes expectativas na maioria da população, em particular entre os indígenas e camponeses. Segundo o texto constitucional aprovado se fundava o novo “**Estado** Plurinacional da Bolívia”.

Em dezembro de 2009 se realizaram novas eleições presidenciais e Evo Morales foi reeleito com **64,2%**. Em outubro de 2014, Morales é eleito pela terceira vez com **61,36%** e governará o país até 2020.

## **2.1 A crise do governo Evo Morales e a degeneração do MAS.**

A partir de 2010, o governo e o MAS apresentaram os primeiros sintomas de esgotamento e desgaste entre os setores indígenas, operários e populares. Os principais conflitos a partir de 2010, não se deram entre o governo e a oposição de direita. O novo momento esteve marcado pelos grandes conflitos entre o governo e os setores sociais, sobretudo os indígenas e operários.

A grande mudança na relação do governo com os movimentos sociais se deu em dezembro de 2010, quando Evo Morales anunciou o decreto que aumentou em 100% o preço da gasolina, o famoso “gasolinazo”. A medida buscava atender os interesses das grandes empresas do setor de petróleo-gás e provocou uma inflação generalizada nos produtos de primeira necessidade e no transporte. Após alguns dias de gigantescas mobilizações nas ruas de Laz e El Alto, o governo foi obrigado a retroceder.

Nesse mesmo ano, os operários das principais fábricas do país protagonizaram uma série de manifestações contra o novo Código de Trabalho apresentado pelo governo, que restringia o direito de greve.

Em agosto de 2011, os povos indígenas do Oriente boliviano iniciaram uma marcha em direção à cidade de La Paz contra a pretensão do governo em construir uma estrada no interior do maior Parque Nacional Indígena da Bolívia, o TIPNIS. A construção da estrada é parte do projeto conhecido como “Corredor bioceânico” que responde aos interesses do programa IRRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e do governo brasileiro de exportar suas mercadorias pelo Oceano Pacífico. A estrada é financiada pelo BNDES e será construída pela empreiteira brasileira, OAS.

A marcha indígena contou com a simpatia da maioria da população e foi violentamente reprimida pelo governo. A dura repressão gerou um profundo desgaste do governo entre os indígenas do Oriente do país e a maior crise política desde a eleição de Evo Morales. Foi o primeiro grande conflito envolvendo a principal base social do governo e do MAS.

Em março de 2013 os trabalhadores filiados à COB (Central Operária Boliviana) organizaram um encontro nacional para fundar um partido independente do governo (O

Partido dos Trabalhadores<sup>5</sup>). O encontro expressava um rico processo de reorganização política do movimento operário e ruptura com o governo e o MAS. O principal setor que impulsionou a construção do PT foram os trabalhadores mineiros de Huanuni<sup>6</sup>. Em um primeiro momento a COB<sup>7</sup> e a FSTMB<sup>8</sup> estiveram a frente da construção do PT, no entanto as principais direções sindicais retrocederam e se aliaram novamente ao governo e ao MAS. Os setores mais combativos de Huanuni foram perseguidos e processados logo após o conflito de maio de 2013, quando os trabalhadores organizados protagonizaram uma greve geral exigindo do governo a aprovação de uma nova lei de aposentadoria.

Esta breve síntese histórica coloca a necessidade de uma discussão mais profunda sobre o caráter e a natureza de classe do governo Evo Morales, um tema polêmico no interior da esquerda e da intelectualidade boliviana. Este artigo retoma parte do debate realizado por alguns dos intelectuais mais importantes da Bolívia na atualidade, entre eles, destaco o atual vice-presidente Álvaro Garcia Linera e o filósofo e cientista político Luiz Tapia (ambos pertenciam à um grupo de intelectuais conhecido como COMUNA).

A experiência boliviana nos últimos dez anos coloca para a esquerda e os marxistas, o desafio de entender a complexa sociedade boliviana e a natureza de classe do governo Evo Morales. Este artigo é uma pequena contribuição a esse debate. Para isso focaremos a análise na discussão sobre a origem, ideologia, programa e políticas implementadas pelo governo ao longo dos 10 anos.

### **3. Movimento ao Socialismo (MAS): Da luta camponesa à eleição de Evo Morales.**

O MAS-IPSP (Movimento ao Socialismo-Instrumento Político pela Soberania dos Povos) é um partido-movimento fundado em 27 de março de 1995 na cidade de Santa Cruz. Segundo Tapia (2010) o MAS “é composto por representantes *cocaleiros* e está presente no

<sup>5</sup> Em março de 2013 ocorreu no distrito mineiro de Huanuni um congresso político e sindical que reuniu a ampla maioria das organizações filiadas à Central Operaria Boliviana, para fundar o Partido dos Trabalhadores.

<sup>6</sup> O distrito mineiro de Huanuni se encontra no departamento de Oruro à 260 Km da cidade de La Paz e possui a maior reserva de minério de Estanho da Bolívia. Em junho de 2006 a Empresa Mineira Huanuni voltou a ser administrada pelo Estado e em outubro de 2006, após um conflito entre mineiros assalariados e cooperativistas (morreram 16 mineiros) passou a reunir aproximadamente 5 mil trabalhadores mineiros assalariados.

<sup>7</sup> A Central Operaria Bolívia foi fundada logo após a revolução de 1952 e reúne na sua estrutura orgânica todos os setores operários do país. Entre 1952 e 1985 a COB esteve à frente dos principais processos políticos no país. Nesse momento os trabalhadores mineiros representavam a vanguarda do movimento operário Boliviano. A partir de 1986 com a implementação das primeiras reformas neoliberais aproximadamente 30 mil trabalhadores mineiros foram demitidos das principais minas estatais, o que abriu uma profunda crise na COB e no conjunto do movimento sindical boliviano.

<sup>8</sup> A Federação Sindical dos trabalhadores Mineiros é a principal organização nacional dos trabalhadores mineiros assalariados do país, com uma base se aproximadamente 16 mil mineiros assalariados, organizados em 50 sindicatos. Foi fundada em 1944 e assim como a COB sofreu uma profunda derrota em 1986.

sistema de partidos através da Esquerda Unida, a frente de esquerda política que articulava o que restava da esquerda durante os anos 80 e 90 (TAPIA, 2010, p. 143). Esse partido expressa um “núcleo do sindicalismo camponês que, ao final, se organiza a Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP), que logo, por questões de reconhecimento eleitoral, adotou o nome de Movimento ao Socialismo” (TAPIA, 2010, p.142).

Nesse encontro participaram centenas de indígenas, camponeses, intelectuais de esquerda e movimentos sociais do campo e da cidade. Esses setores buscavam construir uma alternativa política contra o neoliberalismo e a política de repressão e criminalização dos movimentos sociais. O MAS surgiu a partir de “um movimento camponês de classe no Trópico de Cochabamba, com uma visão, uma ideologia e uma simbologia anti-imperialista e indigenista, de oposição às políticas de erradicação e criminalização dos cultivos de coca, promovidas pelo governo norte americano, mas também com uma visão de oposição às políticas neoliberais implementadas na Bolívia desde 1985” (ORELLANA AILLÓN, 2006, p.30-31).

A construção do MAS se deu em uma conjuntura de profundo retrocesso do movimento sindical. A Central Operária Boliviana se encontrava extremamente debilitada nos anos 90, sobretudo pela crise da sua principal base social, os trabalhadores mineiros. A partir de 1985, milhares de mineiros foram demitidos ou abandonaram as minas estatais. Nessa conjuntura de crise e retrocesso do movimento operário, MAS cumpriu um papel progressivo na resistência ao neoliberalismo e na organização das lutas contra a criminalização do cultivo da folha de coca, em defesa dos povos indígenas e do direito à Terra e Território.

Este partido foi a expressão política da emergência dos movimentos sociais indígenas-camponeses nos anos 90, em particular dos camponeses que cultivavam a folha de Coca, cuja maior liderança é o atual presidente Evo Morales. Nos anos 90 os movimentos sociais vinculados ao MAS, como a CSUTCB<sup>9</sup>, CIDOB<sup>10</sup> e o CONAMAQ<sup>11</sup> estiveram na linha de frente da luta contra o neoliberalismo.

<sup>9</sup> A Confederação Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia foi fundada em 1979 e está filiada à COB. A CSUTCB reúne as principais organizações e sindicatos camponeses do país. Esta entidade nacional é a principal base de apoio e sustentação do governo nos movimentos sociais.

<sup>10</sup> A Confederação de Povos Indígenas da Bolívia foi fundada em 1982. A sua principal base social se encontra entre os povos indígenas do oriente boliviano. A CIDOB representa os setores indígenas mais críticos ao governo e esteve a frente das manifestações em 2011 contra a construção de uma estrada que dividia ao meio o maior parque nacional indígena do país, o TIPNIS.

<sup>11</sup> O Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Quillasuyo representa as nacionalidades e povos indígenas das terras altas da Bolívia (ocidente) onde se concentram as comunidades indígenas de Aymaras, Quéchuas e Urus conhecidas como Ayllus.

As eleições presidenciais de 2002, marcaram uma mudança significativa no perfil político e ideológico do MAS em relação aos anos 90. Nestas eleições Evo Morales obtém o segundo lugar com 20,9%, enquanto o presidente eleito, Gonzalo Sanches de Lozada obteve 22,5%. A direção do partido passou a adotar um discurso mais moderado e conciliador, adaptado às “instituições democráticas” e à estratégia eleitoral.

A partir de 2002, o partido ampliou sua base social em direção aos setores populares e à classe média urbana. Os dirigentes das organizações indígenas e camponeses foram pouco a pouco substituídos por intelectuais de esquerda oriundos das classes médias urbanas, que passaram a ter um maior predomínio nas decisões do partido. O principal intelectual que se incorpora ao MAS depois das rebeliões de 2003 e 2005 é o sociólogo e ex-militante de um grupo guerrilheiro (EGTK-Exército Guerrilheiro Tupak katari), Álvaro Garcia Linera, que esteve preso durante 5 anos (entre 1992 e 1997) sob a acusação de promover o “terrorismo e a insurreição”

Nas eleições presidenciais de dezembro de 2005, a maioria da população encontrou no MAS e na chapa Evo Morales-Álvaro Garcia Linera uma alternativa real para derrotar os partidos da direita tradicional que governaram a Bolívia desde o fim da ditadura, em 1982. Para a maioria da população, a eleição de Evo Morales significava o fim da pilhagem dos recursos naturais e da secular opressão étnico-cultural a que foram submetidos os povos e nacionalidades indígenas.

Nesse sentido a eleição de Evo Morales, em dezembro de 2005, foi a expressão de um processo crescente de polarização social e acumulação de forças dos setores populares, indígenas, camponeses, operários desde o ano 2000. O Movimento Ao Socialismo foi identificado por amplos setores da sociedade boliviana como uma alternativa para resolver a crise política, social e econômica que atravessava o país.

O presidente Evo Morales chegou ao poder com um grande apoio popular e uma expressiva votação. No entanto a crise política e a polarização social provocada pelas rebeliões de 2003 e 2005 se manteve. Além da pressão popular pelo cumprimento das reivindicações dos diferentes grupos sociais, o governo sofreu a oposição das elites econômicas e políticas regionais que governavam as principais províncias do Oriente boliviano, em especial o departamento de Santa Cruz, onde se encontram as principais reservas de Gás e Petróleo, e uma forte presença do agronegócio.

#### **4. O “Nacionalismo Indígena no Poder”?**



Quando Evo Morales foi eleito presidente, o país se encontrava geográfica e politicamente dividido. Os setores conservadores e as classes dominantes do Oriente do país estavam preocupados e temerosos com as mudanças e medidas que pudessem afetar o seu poder econômico e político, sobretudo o controle exercido sobre a propriedade da terra. As distintas organizações sociais e sindicais do campo e da cidade depositavam grandes expectativas no governo, mas não estavam dispostas a esperar pacientemente o cumprimento de suas principais reivindicações.

Frente a este cenário, o governo buscou sempre uma saída pactuada e acordada para resolver a crise política e conter a pressão dos movimentos sociais. Para isso, utilizou-se do respaldo e apoio que tinha entre os movimentos sociais e setores da classe média que se integraram ao aparato estatal.

Nos primeiros anos de governo, Evo Morales combinou e articulou duas matrizes ideológicas em seu discurso político: o “nacionalismo” e o “indigenismo”. Nosso objetivo será problematizar esta caracterização.

Até que ponto estas representações correspondem à realidade? O Governo Evo Morales e o MAS tem implementado na Bolívia um projeto nacionalista e anti-imperialista? O processo de descolonização e o novo Estado Plurinacional mudaram realmente as estruturas de dominação? A Bolívia está avançando rumo ao “socialismo comunitário”? O indigenismo do governo tem preservado e respeitado as formas de formas de autogoverno das comunidades indígenas-camponesas (Ayllus)? A reforma agrária do governo mudou a estrutura fundiária do país, afetando os grandes proprietários de terra?

A resposta a algumas dessas questões tem gerado um intenso debate entre intelectuais, e organizações da esquerda boliviana e latinoamericana. Para o cientista político Pablo Stefanoni (2006), a eleição de Evo Morales significou a abertura de um novo ciclo nacionalista e indigenista que “diferentemente das experiências anteriores, este novo nacionalismo plebeu não é articulado pelas Forças Armadas nem pelas classes médias urbanas, mas pelas massas indígenas-mestiças que recuperaram parcialmente as clivagens próprias do velho nacionalismo boliviano (luta entre a nação e a anti-nação, anti-imperialismo e demanda de nacionalização da economia e do Estado), mas incorporando um novo componente étnico-cultural” (STEFANONI, 2006, p.38).

O atual vice-presidente e mentor intelectual do governo Morales, Álvaro García Linera (2006), também corrobora a tese de que o MAS representa um projeto nacionalista. Na sua opinião “o MAS representa o despertar dos sujeitos subalternos para um novo nacionalismo revolucionário, mas isso não quer dizer que o movimento de Evo Morales

pretenda ressuscitar a velha ideologia do nacionalismo revolucionário” (LINERA, 2006).

A tese central de Garcia Linera estabelece que “o triunfo do MAS abre a possibilidade de transformação radical da sociedade e do estado, mas não em uma perspectiva socialista (ao menos a curto prazo) como defende uma parte da esquerda [...] O capitalismo andino-amazônico é a maneira que, acredito, se adapta mais a nossa realidade para melhorar as possibilidades das forças de emancipação operária e comunitária a médio prazo. Por isso o concebemos como um mecanismo temporário e transitório (LINERA, 2006).

Em certa medida o discurso “nacionalista” do MAS, compartilha alguns elementos discursivos do MNR<sup>12</sup> (Movimento Nacionalista Revolucionário), um partido de origem pequeno burguesa que hegemonizou a política boliviana entre 1952 e 1985, em particular a tese de que é necessário “desenvolver o capitalismo”, criar uma “burguesia nacional” e “industrializar o país”. No entanto, diferente da análise de Pablo Stefanoni e Garcia Linera, consideramos que o MAS e o governo Evo Morales não representam um projeto Nacionalista e Indigenista. No máximo podemos afirmar que os três primeiros anos de governo Evo Morales representaram um “nacionalismo moderado e pragmático” como resposta à pressão popular e os movimentos sociais.

O “Processo de transformações”, a “revolução democrático-cultural” ou o “socialismo comunitário” que impulsiona o governo Evo Morales têm sido tentativas fracassadas de reformar o estado boliviano e construir uma sociedade capitalista “moderna”. Não esteve, nem está colocado no horizonte político-estratégico do governo a ruptura das relações de dependência e subordinação ao imperialismo, e muito menos uma estratégia anticapitalista que avance em transformações estruturais. O projeto político implícito na teoria do “capitalismo andino-amazônico” do vice-presidente Álvaro García Linera, estabelece uma convivência pacífica e harmoniosa com o capital privado nacional e transnacional.

A retórica anti-imperialista e anticapitalista do MAS e de Evo Morales, esconde um nacionalismo moderado e pragmático, “que implica retomar parte da experiência histórica do passado[...] sob o padrão de capitalismo de estado, que compartilha com o capital transnacional a exploração dos recursos naturais hidrocarbonetos. Os processos de produção seguem basicamente a cargo de empresas transnacionais [...]. Nesse sentido, não há nenhum

<sup>12</sup> O MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), foi fundado em 1941, se concentrava, sobretudo, entre os setores urbanos pertencentes à pequena burguesia, pequenos comerciantes e profissionais liberais. Era um partido formado basicamente em torno à crítica à oligarquia mineira e aos proprietários de terras. Após a Revolução Nacional de 1952 o MNR assumiu a presidência com Vitor Paz Estensoro.

componente de socialismo nessa perspectiva. (TAPIA, p.97, 2011).

Concordamos com a análise assinalada por Luís Tapia (2011) de que o “MAS de maneira nenhuma representa, encarna, defende ou desenvolve propostas de um modo comunitário de relação com a natureza e de transformação da estrutura econômica boliviana, em que cada vez, tenham mais importância ou relevância as formas não capitalistas de direção, propriedade e gestão mais coletiva” (TAPIA, p. 128, 2011). O MAS, na visão de Luís Tapia, encarna a continuidade e exacerbação do modelo de exploração extrativista e capitalista de depredação e saqueio dos territórios indígenas (TAPIA, 2011). Discutiremos esta contradição entre o discurso indigenista e a prática anti-indígena do governo.

## 5. Um novo Estado Plurinacional?

A grande novidade no processo político boliviano é a emergência do elemento étnico, ou seja, a incorporação no discurso político da luta pela inclusão e reconhecimento das nações e povos indígenas historicamente excluídos e marginalizados pelo Estado boliviano. Esse processo é analisado pelo cientista político Luís Tapia que considera o debate em torno ao Estado Plurinacional “um dos momentos mais fortes da *catarse política*, já que implica defender o horizonte no qual há que pensar e organizar as formas políticas que contenham a todos os povos e culturas, não só como cidadãos reconhecidos e governados por um mesmo conjunto de leis e instituições, mas que também os inclua nos processos de tomada de decisões e de governo através de suas próprias formas de vida política e autogoverno (TAPIA, 2011, p.94).

A ideia do Plurinacional é um dos componentes mais importantes da reforma moral e intelectual que se operou na vida política boliviana nos últimos anos, já que implica um desvio do anglo e eurocentrismo liberal modernos, ainda que estes não são processos completados ou realizados, são uma tendência”. (TAPIA, 2011, p.94).

Do ponto de vista ideológico o governo Evo Morales incorpora em seu discurso o elemento étnico e indígena, articulando-o com a “defesa da pátria” sobre os interesses “setoriais”, “corporativistas” e de “classe”. Para isso, busca uma reforma do Estado e do regime político boliviano através da fundação do Novo Estado Plurinacional fundado a partir da aprovação da Nova Constituição Política do Estado em janeiro de 2009.

O projeto do MAS e de Evo Morales, expresso na nova CPE, visa a incorporação, discursiva e mística, de certas reivindicações étnicas e culturais dos povos indígenas, através

da “Refundação do Estado” e a incorporação da Plurinacionalidade como princípio fundante da sociedade boliviana, “o reconhecimento de que a Bolívia é uma nação de nações, onde estamos Aymaras, Quéchuas, Guaranis, mestiços, afros bolivianos etc., a nova constituição reconhece que somos um estado plurinacional (...) O Estado, o poder político, as instituições são agora plurinacionais” (LINERA, 2008, p.13). A partir da nova constituição:

**Artigo 1.** A Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito, Plurinacional, comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e o pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país. **Artigo 2.** Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígenas originários camponeses e seu predomínio ancestral sobre seus territórios, se garante sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste no seu direito à autonomia, ao autogoverno, a sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais, como a esta Constituição e a lei. **Artigo 3.** A nação boliviana está conformada pela totalidade das bolivianas e dos bolivianos, as nações e povos indígenas originário-camponeses, e as comunidades interculturais e afro bolivianas que em seu conjunto constituem o povo boliviano. (Nova Constituição Política do Estado, aprovada em janeiro de 2009).

Consideramos que o “nacionalismo indígena” e a plurinacionalidade do estado reconhecida na nova CPE não passa de uma construção discursiva e ideológica, “ e só de maneira complementar e como discurso de legitimação e conexão com parte de suas bases sociais aparece o componente do Plurinacional” (TAPIA, 2011, p.99). As políticas implementadas pelo governo ao longo dos últimos 10 anos foram na contramão do discurso da Plurinacionalidade

**As propostas do governo têm explicitado que o núcleo do seu programa implica uma ampliação do mesmo núcleo extrativista predominante previamente**, quer dizer, represas na Amazônia que vão inundar territórios de povos e culturas que a nova constituição reconhece, mas a política do governo apaga; por outro lado a construção de uma estrada que vai dividir ao meio uma das principais áreas protegidas do país afetando negativamente territórios comunitários. Novamente a ideia de desenvolvimento do governo nega o reconhecimento plurinacional. Tem forçado a aprovação para estender as áreas de prospecção e exploração em territórios de comunidades indígenas. **Os núcleos centrais do programa econômico do governo implicam a destruição da diversidade cultural e negação do reconhecimento da territorialidade indígena**; já que sobrepõe as decisões do poder executivo sobre as decisões políticas e a deliberação dos povos que vão ser afetados [...] (TAPIA, 2011, p.97-98).

O caráter anti-indígena do governo Evo Morales têm expressado nos “planos de exploração dos recursos naturais, de exploração das pessoas e de destruição de suas formas

culturais sem nenhum respeito pela opinião e a soberania dos povos indígenas” TAPIA, p.97, 2011). A partir destes elementos é preciso avançar em uma caracterização da natureza de classe do governo Evo Morales e do Estado Plurinacional que não se detenha apenas nos discursos e a na origem social do atual presidente. É necessário utilizar um critério mais objetivo, que leve em consideração a relação do governo com as instituições do Estado e o capital privado nacional e internacional, as relações econômicas que o governo protege, defende e impulsiona.

O melhor exemplo de que a retórica nacionalista do governo não representa uma perspectiva anti-imperialista e anticapitalista são “as obras que o governo pretende realizar, são parte do plano IIRSA, quer dizer, da geopolítica imperialista no continente que têm desenhado a infraestrutura que necessitam os circuitos de acumulação transnacional para explorar de maneira mais intensiva os recursos naturais e a população de nossos países. As obras são parte do núcleo central do programa de governo do MAS, e são aquelas que respondem sobretudo aos interesses geopolíticos do estado brasileiro” (TAPIA, 2011, p.98).

Nestes 10 anos o governo Evo Morales tem impulsionado o capitalismo dependente e pró-imperialista com uma roupagem indigenista, como muito bem define o sociólogo boliviano Lorgio Orellana Aillón (2006) “os novos governantes do MAS compartilham com seus oponentes neoliberais o mesmo respeito pela propriedade privada e pelas instituições do Estado capitalista; como os governos anteriores, pretendem incentivar a inversão estrangeira, promover a seguridade jurídica e trabalhar em sociedade com as empresas transnacionais [...] (ORELLANA AILLÓN, 2006, p.33)

O ascenso do novo governo, então, não indica uma mudança de regime de acumulação, senão a renovação de gerentes estatais que agora procuram revisar as funções regulatórias e redistributivas do Estado no processo de reprodução do capital monopolista, sitiado no setor primário exportador; sem transformar estas funções nem as bases econômico-sociais em que se fundamentam: o controle privado e transnacional sobre as principais condições objetivas da produção (ORELLANA AILLÓN, 2006, p.33)

## **6. Entre a cooptação e o transformismo.**

Em uma nova chave explicativa, de matriz gramsciana, Luís Tapia analisa as transformações e mudanças no partido de Governo, através da “noção de catarse e transformismo para fazer uma caracterização de uma das tendências dominantes na ação política do MAS e seus líderes” (TAPIA,2011, p.118).

**[...] minha hipótese é que o núcleo dirigente do MAS e do atual governo têm entrado em uma fase de transformismo cada vez mais acentuada.** De ser intelectuais orgânicos de setores camponeses, indígenas e populares têm se convertido em intelectuais orgânicos de um projeto de reconstituição do estado-nação na Bolívia em torno à um núcleo capitalista, que está reacoplando as estruturas de poder e dominação patrimonialistas com uma nova dirigência de origem popular [...]. Há algo peculiar nesse processo de transformismo. Hoje não se trata de que os principais dirigentes do MAS estão sendo cooptados pelo velho bloco dominante patrimonialista e burguês na Bolívia, senão que eles mesmos estão se transformando no núcleo dirigente de um novo projeto capitalista no país, que articula de maneira complementar e em certo sentido subordinada ao velho bloco dominante. Nesse sentido houve um recâmbio na direção política e na modalidade do projeto político. Não se trata de uma incorporação totalmente transnacionalizada ao sistema mundial, mas através da reconstituição de um estado-nação. **As políticas econômicas e os planos de desenvolvimento do governo têm como eixo central o desenvolvimento do capitalismo: capitalismo de estado que alimenta e apoia o capitalismo privado transnacional, submetido à uma margem de contribuição fiscal muito mais alto, capitalismo monopólico nacional, capitalismo mediado e pequeno, mas capitalismo ao fim** (TAPIA, 2011, p.125-126).

Para cumprir o papel de “árbitro” entre as classes, o governo Evo Morales necessitou cooptar e integrar as organizações camponesas, operárias e populares ao aparato estatal. Esse foi o destino da grande maioria das organizações indígenas e camponesas no início do governo, que passaram a ocupar ministérios e vice ministérios. O mesmo destino tiveram as organizações sindicais urbanas, como a COB e a FSTMB<sup>13</sup>, ambas realizaram um pacto político com o MAS nas eleições de 2014 e abortaram a construção de um Partido dos Trabalhadores independente do governo em troca da eleição de parlamentares (o ex-secretário executivo da COB foi eleito senador e mineiros de Huanuni foram eleitos deputados pelo MAS).

O governo Evo Morales estabeleceu um novo pacto entre o Estado e as organizações sindicais indígenas, camponesas, operárias e populares. Este processo marcou a cooptação e integração de dirigentes sindicais em postos chaves do governo, “como é o caso dos dirigentes das associações de bairro de El Alto, da Federação de Cooperativas Mineiras, do sindicato industrial além do decisivo controle do MAS sobre as organizações camponesas e indígenas do país, indicam a probabilidade da formação de organizações populares e sindicatos paraestatais, que se constituiriam na base fundamental do novo governo e a base de sua legitimidade” (ORELLANA AILLÓN, 2006, p.51-52).

A partir de 2010, a política de cooptação-integração se combinou com a utilização de

<sup>13</sup> A Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia foi fundada em 11 de junho de 1944 e durante 40 anos foi a organização sindical mais importante da Bolívia, reunindo aproximadamente 50 mil trabalhadores mineiros em suas fileiras.

maneira deliberada da repressão e criminalização dos movimentos sociais. Foi assim no conflito do “gasolinazo”, na luta em defesa do parque nacional indígena TIPNIS e nas mobilizações dos trabalhadores pela redução da idade de aposentadoria. Os setores sociais e dirigentes sindicais que passaram a questionar o governo foram perseguidos, processados e acusados de fazer o jogo da direita e do imperialismo, como ocorreu com os trabalhadores mineiros que impulsionaram a construção do Partido dos Trabalhadores.

### **Considerações finais**

A luta por um “Estado Plurinacional” é fruto de uma reivindicação histórica dos movimentos indígenas, em um país multinacional e multiétnico, onde existem aproximadamente 36 nações e povos indígenas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas aproximadamente 70% da população pertence a algum povo indígena (aymara, quéchua, guarani etc). Esses setores, majoritários na sociedade boliviana, foram ao longo da história do país, marginalizados, oprimidos e discriminados pela elite local, nacional e internacional. A opressão e o racismo sempre foram uma política de Estado na Bolívia.

No entanto as políticas do estado burguês/colonial de homogeneização da sociedade boliviana fracassaram rotundamente, em grande medida pela resistência dos povos indígenas em preservar sua cultura, seus costumes, seu território e suas práticas de autogoverno nas comunidades. A emergência das lutas indígenas nos anos 90 colocou no centro do debate político boliviano a luta por um Estado Plurinacional.

Esta reivindicação foi formalmente incorporada na Nova Constituição Política, pelo governo Evo Morales. Apesar da retórica da Plurinacionalidade do Estado, a nova constituição legítima e mantém intactos os grandes latifúndios e o sistema político dominante, base material da opressão e exploração dos povos indígenas. As instituições da democracia liberal burguesa, como o parlamento (agora Assembleia Plurinacional), a justiça e as forças armadas bolivianas, apesar das mudanças formais, foram mantidas incólumes, e são, hierarquicamente dominantes em relação às formas de autonomia e autogoverno indígena que seguem limitadas e subordinadas.

[...] o projeto político e histórico do MAS vai em um sentido contrário à construção de um governo Plurinacional no país. O núcleo do projeto político é capitalismo e o do estado plurinacional opera como um discurso de legitimação em relação aos setores populares com os quais estão reorganizando as relações de subordinação e dominação. Nesse sentido, considero que os liberais lutam contra fantasmas quando acreditam que o

central do novo estado é o plurinacional e que esse é o grande perigo que levaria à dissolução do país. (TAPIA, 2011, p. 126)

Os setores mais importantes da economia boliviana, como os hidrocarbonetos (petróleo e gás) e a mineração continuam controlados por empresas multinacionais. O caso da mineração é emblemático e a melhor expressão do controle que as multinacionais seguem exercendo sobre a economia boliviana. Segundo dados do próprio Ministério de Mineração da Bolívia, a atividade mineira representou em 2010, 6,7% do PIB da Bolívia e contribuiu com aproximadamente 30% das exportações bolivianas. Em 2012 as empresas privadas nacionais e estrangeiras controlavam 75% da produção mineira, as cooperativas controlavam 22% e a empresa estatal COMIBOL, 3%. Em 2012, apenas 4 empresas estrangeiras controlavam 56% da mineração do país. O que vemos ao longo dos 10 anos de governo é a reprodução das formas mais perversas do capitalismo dependente e semicolonial, extrativista e predatório dos recursos naturais e das comunidades indígenas.

## Referências

LINERA, A.G. El evismo: lo nacional-popular en acción. Revista OSAL Online, Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 7, n. 19, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/linera.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **La potencia plebeya**: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

\_\_\_\_\_. **Los tres pilares de la nueva Constitución Política del Estado Plurinacional, Economía Estatal y Estado Autnómico**. Discursos y ponencias del ciudadano vicepresidente Álvaro García Linera. Vice Presidencia de la Republica, 04 de noviembre de 2008.

ORELLANA Aillón, Lorgio. **Nacionalismo, populismo y régimen de acumulación en Bolivia**. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. CEDLA, Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario, La Paz, Bolivia. Marzo de 2006. Disponible en la web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/bolivia/coyun11.pdf>

STEFANONI, Pablo. **El nacionalismo indígena en el poder**. Revista OSAL, Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 7, n. 19, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal19/stefanoni.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Consideraciones sobre el Estado Plurinacional**. In: BOLIVIA. **Descolonización en Bolivia**: cuatro ejes para comprender el cambio. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, FBDM, 2010. Disponível em:



<<http://www.iiicab.org.bo/Docs/MAESTRIA1/M1/unidad-1/4ejesperaelcambio.pdf>>. Acceso em: 12 de agosto de 2015.

TAPIA, Luis. **El estado de derecho como tiranía**. La Paz-Bolivia: CIDES-UMSA, 2011.